

ESTUDO DIACRÔNICO E SINCRÔNICO DA ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA ODISSÉIA LINGÜÍSTICA.

MARCOS DA SILVA MACHADO

Introdução:

Refletindo sobre a questão da Ortografia, pareceu-nos bastante interessante o fato de ser ela uma das maiores invenções da humanidade. Isso, porque, esse fenômeno permite perpetuar as palavras por meio de sinais gráficos denominados grafemas ou letras. Assim sendo, podemos considerar a ortografia uma fotografia da língua. Essa metáfora talvez sirva de ilustração para elocubrar a enorme diferença que há entre essa parte da língua com a sua realidade lingüística: a oralidade.

Destarte, a ortografia ideal seria aquela que reproduzisse rigorosamente a oralidade, ou seja, em que cada fonema correspondesse uma letra ou grafema. Isso, porém é impossível por diversas razões: a primeira, em virtude da multiplicidade de caracteres, e a segunda, em virtude das variantes regionais e a terceira, é a própria individualidade de pronúncia: constituindo o que muitos lingüistas chamam idioleto.

Logo, o nosso objetivo é mostrar como se deu essa Odisséia lingüística através de uma história conturbada acerca da Ortografia do português até chegar ao Brasil. Foi pensando em investigar esse

estado de coisas que compomos esse Estudo diacrônico e sincrônico da Ortografia do português do Brasil.

Por isso esse trabalho será composto por duas exposições: diacronia e sincronia. Para a diacronia reservamos os três processos que ocorreu na ortografia, a saber, Fonético, Etimológico e Simplificado. No que tange á sincronia, reservamos o assunto acerca do acordo Ortográfico ocorrido em 1995 entre países de língua portuguesa, bem como o ensino ortográfico das gramáticas brasileiras.

Do exposto, portanto, fica estabelecido que esse trabalho é de caráter descritivo, pois não pretendemos nenhum novo acordo acerca do assunto em questão. Restringimo-nos apenas a mostrar como foi problemática a história da Ortografia da língua portuguesa. Por isso, não esperem os entendidos ver ai um tratado ou uma proposta de mudança do assunto em questão, mas apenas uma exposição com finalidade exclusivamente prática da ortografias.

A diacronia da Ortografia: uma revisão bibliográfico.

A nossa ortografia começou rasoávelmente simples e bastante ajustada a prosódia no dizer de Melo(1997). Mas, após, o renascimento entrou a se multiplicar em variantes, e assim chegamos ao fim do século XIX no estado de tamanha desordem, que poderíamos dizer que cada alfabetizador tinha o seu sistema ortográfico próprio. Com o propósito de, talvez eliminar essa balbúrdia ortográfica é que podemos apontar três períodos ortográficos da língua portuguesa: o

primeiro foi o fonético, que vai dos primeiros textos nos fins do século XII até o século XVI; o segundo período é chamado pseudo-etimológico, que estende-se do século XVI até 1904, data do aparecimento da ortografia nacional de Gonçalves Viana até os nossos dias.

Melo em seu “Introdução á filologia e á Lingüística portugueza” diz que “a ortografia fonética corresponde á fase arcaica do idioma e caracteriza-se pela preocupação em descrever as palavras em harmonia com a pronuncia (...). De regra, não se empregavam letras que não correspondessem a nenhum som, letras ditas mudas, e não se dobravam consoantes á exceção de **r**, **s**, **f**, **l** e **m**. A germinação destas era bem arbitraria, de modo que se encontram nos velhos textos grafias como **terrei** (por **terei**), **pecore**, **berete**, **cousa**, **leproso**, **def-fender** e **defender**, **ffé** e **fé**, **mall**, **tall**, etc. O **h** inicial quase não se usava, embora por vezes aparecesse em palavras que não o deveriam ter: **hobra**, **hordenar**, **honde**, **hum**, **he**, e outras. O **l** podia ser representado por **y** e por **h**, segundo atestam grafias como: **ydade**, **idade**, **ymagem**, **foy**, **assym**, **cambyo**(cambio), **maha**(mia = minha) principalmente quando for semivogal de consoante. A oclusiva velar surda era figurada ora por **c** ora pelo diagrama **qu**, nesse último caso mesmo antes de **a** ou **o** : **quam** (cam, cão), **vaqua**, **cinquo**, **quadeno**, **Francisquo**, a par de **cam**, **vaca**, **cinco**, **caderno**, **Francisco**. O **l** e o **n** palatais indicavam-se por **li**, **ll** ou simplesmente **l**, **ni**, **nn** ou apenas **n**: **filia**, **molier**, **coller** (colher), **conocença** (conhocer)” (p. 232-3).

Como vimos, Melo faz uma abordagem descritiva do período da ortografia arcaica, ou seja, sobre a fonética e nesse ínterim ele mostra as exceções que acontecem nesse período.

Pereira, no capítulo denominado “A língua: características gramaticais”, fala acerca do período fonético da ortografia, esclarecendo que “na verdade, escrevia-se a língua para os ouvidos”. Assim, Pereira mostra que os “livros, em número reduzido por causada censura eclesiástica, eram copiados e, por isso, freqüentemente recorriam ao processo do ditado para vários capitais ao mesmo tempo. Os escribas, tentando representar foneticamente os sons das palavras que escreviam, cometiam erros e multiplicavam a grafia, dependendo do ouvido e da ignorância de cada um. Muitas vezes grafavam o mesmo som de diferentes maneiras, bem como da mesma maneira com diferentes sons”.

Pereira, por sua vez esmiúça essas modificações provocadas pelos escribas: **cãaes – cães, cauleyro – caulleiro, em cima – em cima, Bacharees – bachares e a vós – a uos.**

Garcia, em seu “Historia da Ortografia do português do Brasil”, em capítulo chamado “a Ortografia antes do século XVI do Latim ao Romance”, *apud* Buescu, declara que “durante o período efetiva dominação romana na península Ibérica (...), não havia praticamente problemas ortográficos dignos de nota. A língua de prestígio a língua escrita (...) era o latim (...), o qual mantinha uma ralação quase que absolutamente unívoca entre grafema e fonema, ou seja, cada

fonema era representado por uma única letra e cada letra representava um único fonema.

Segue abaixo as exceções citadas por Garcia:

- a) As letras *i* e *u* tanto podiam ter valor de vogal, como em *dicere* e *malum*, como podiam ter valor de semivogal, como em *iustum* e *uolo*. No fim da Idade Média, introduziram-se as letras *j* (um *i* alongado) e *v* (uma variante gráfica do *u*) para indicar, respectivamente, o *i* e *u* consonânticos, mas seu uso só estará consolidado definitivamente no século XVI. É bom lembrar que as semivogais /y/ e /w/ do latim, por essa época, já haviam evoluído para /dZ/ (atualmente /Z/ e /v/).
- b) A letra *k*, de origem grega, tinha o mesmo valor, no latim, que a letra *c*, representando o fonema /k/. Era pouquíssimo usada, ficando seu uso restrito praticamente a duas palavras: *kalendas* e *kyrie* (da expressão “*kyrie eleison*”).
- c) A letra *h*, que não correspondia a som algum, embora tivesse sido marcada de aspiração no latim clássico (originalmente o símbolo H indicava a letra eta, “e longo” do grego, o qual era normalmente aspirado, daí vir a ser símbolo de aspiração), continuava a ser escrito no latim vulgar e no romance, como em *harmonia*, *homem*, *humilde*.
- d) Da mesma forma, o latim mantinha os grupos *th*, *ph*, *ch* e *rh*, que indicavam certas consoantes aspiradas do grego, embora eles há muito tempo tivessem perdido sua aspiração (o grupo *ph* se confundia com a letra *f* e os demais grupos eram lidos como se o *h*

(aspiração) não existisse, como é o caso de *philosophia*, *theologia*, *rhetorica* e *sepulchrum*.

- e) As letras gregas *y* e *z* (este lido como uma fricativa dental sonora) eram usadas apenas na transcrição de palavras gregas, tais como *lynx*, *syllaba*, *zeugma*, *zoologia*. No caso da letra *z*, havia ainda a possibilidade de ser lida como um som duplo, assim como *dz* ou *sd*; a letra *y* possivelmente representava em grego um *i* arredondado, havia vista a variação na sua transcrição: *mys/mus*, *m-ylos/ mulus* etc. LEÃO, D.N. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*, p. 78)
- f) O fonema /*n*/ possui uma variante velar ou gutural, cuja ortografia indicava pela letra *n* antes de oclusiva velar, como em *angulus*, *anceps*, ou pela letra *g* antes de nasal, como em *dignus*, *signum*. Por ocorrer apenas em um ambiente sonoro muito específico, torna-se difícil dizer se este *n* velar constituía um fonema à parte ou simples variante do fonema *n*.
- g) A letra *x* representava o som duplo /*ks*/, como em *rex* e *buxum*.
- h) A letra //, o qual já possuía uma variante em final de sílaba, mas que de forma alguma pode ser visto como um outro fonema, como em *celsa* e *alter*.

(...) As consoantes germinadas, do latim para o português simplesmente simplificaram-se, em posição intervocálica, enquanto as simples desaparecem, se são surdas como podemos ver em: **stuppa** (estopa) X **lupu** (lobo); **gutta** (gota) X **vita** (vida), **vacca** (vaca) X **lacu** (lago), etc. (Garcia apud Souza da Silveira, 1988, p 57 e 72)

Para Coutinho (1874) em seu “Pontos de Gramática Histórica”, o período fonético da Ortografia do português, embora apresentasse certa flutuação na grafia de certas palavras, a preocupação fonética se fazia presente a cada instante. Isso porque, os escribas e escritores da época se preocupavam em facilitar a leitura do texto, dando ao leitor uma impressão mais próxima possível da língua oral. O autor ainda, nesse capítulo, faz menção algumas exceções a essa regra, que não a citaremos *ipses litteris* porque acreditamos ser bastante cansativo, uma vez que a já mencionada citação do eminente professor Garcia satisfaz nosso principal objetivo nessa seção de caráter expositivo do tal fato.

No que diz respeito ao período pseudo-etimológico, o eminente professor Garcia diz que “o principal problema da Ortografia etimológica é que muitos dos fonemas da língua de origem deixaram de soar, ou soam diferentemente do que soavam ao tempo em que vigorava a língua padrão, fazendo com que a representação gráfica das palavras fique carregada de letras supérfluas ou de letras ou dígrafos que levam a confusões ou a interpretações errôneas. (...) Além disso é praticamente impossível saber-se a etimologia de todas as palavras de uma língua, o que torna tal sistema ortográfico uma falácia (...) para o público em geral”, o qual teria que aprender a biografia da história de palavras por palavra, para escrevê-la em conformidade com a escrita grega.

Por isso Saussure (1969) solidifica a condenação da Ortografia do período em questão, quando afirma: “importa, porém, pouco que

a aplicação do primeiro seja ou não correta: é o próprio princípio da escrita etimológica que é errônea (p. 50)

Melo (*Op. cit.*), por seu termo fala que “não consiste a Etimologia em buscar e apontar a origem remota de tal vocábulo, mas antes em acompanhar-lhe a evolução, da língua de origem até o estado atual na língua derivada. Daí se vê que escrever-se lucta, por exemplo, longe de ser obediência, é formal de respeito” a Etimologia. Sim, porque de lucta latino tivemos, pela semivocalização normal do ç no encontro ct, luita, forma arcaica e ainda popular no Brasil; e de luita pela redução do ditongo uy, chegamos a luta.

Faz-se mister, assim dizer mais ou menos quando o período pseudo-etimológico surge para a história da ortografia do Português. Ele surge com os primeiros tratados de ortografia de Pêro de Magalhães de Gândavo que em 1574 publica sua obra chamada Regras de escrever a ortografia da língua portuguesa; e Duarte Nunes de Leão, que em 1576 escreve a Ortografia da Língua Portuguesa.

Já no século XVII, apenas Álvaro Ferreira de Vara, autor da Ortografia ou Modo para escrever certo na língua portuguesa; e João Franco Barreto, que publica a Ortografia da Língua Portuguesa.

Aparecem no século XVIII Madureira Feijor, que compõem a Ortografia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa e Monte Carmelo, autor do compendio de Ortografia.

A ortografia Etimológica da língua portuguesa é, sobretudo, de caráter diacrônico, e nesse período havia alguns gramáticos, que acreditavam ser esse sistema sinônimo de polidez e precisão do idioma.

oma, uma vez que existia neste período chamado Renascimento, uma coesa valorização da cultura greco-latina.

A gramática do século XVI, portanto, passam por dois processos distintos: no primeiro, após o advento da imprensa em 1438, que veio facilitar a divulgação de textos, que antes era restrito apenas aos mosteiros e as universidades; os compêndios gramaticais tentam simplificar a ortografia da língua portuguesa sob uma característica marcante fonética, de tentar reproduzir nas grafias, a maneira como são pronunciadas as palavras, no concernente ao segundo, há uma acentuação marcadamente exagerada de complicações, ortográficas, fruto da presença erudita; de uma valorização exacerbada do período Etimológico das palavras posto que se transforma em norma na ortografia do português.

Assim, nesse período buscava-se escrever as palavras de acordo com a grafia de origem, reproduzindo todas as letras do étimo, embora não representassem nenhum valor fonético, posto não serem pronunciados: *esculptura*, *asthma*, *character*. Daí resultou que se inseriram na ortografia muitas inutilidades, tais como letras dobradas sem razão e os dígrafos *rh*, *th*, *ph* e *ch* com valor de *k* por exemplo “chão”.

Como se não bastasse essa balbúrdia da ortografia, surge com o advento do Romantismo, novo surto etimológico e desta vez, porém muito mais estranho, porque não havia uma preocupação com imediata do latim, mas através do Francês que se procura imitar largamente.

Além do mais, esse princípio ortográfico, não só incorporavam novas palavras para o novo léxico com característica gráfica do latim, mas também os que já existiam, vulgarmente sofrem transformações pela etimologia.

Foi o que aconteceu por exemplo com palavras como *digno*, *benigno* e *maligno*. De conformidade com a prosódia do passado, portanto, antiga estas mesmas palavras eram escritas respectivamente como *dino*, *malino* e *belino*.

Verificando, contudo que no latim tais palavras se escreviam com *g* os pseudos-etimologistas restabeleceram nelas este grafema ou letra. A presença do *g*, a priori mero sinal etimológico, passou a ser assinalado Ortoepia.

Destarte, é importante mencionar ipse litteris o que Gonçalves Viana em seu “Ortografia Nacional”, pensa acerca do período etimológico da língua portuguesa: “Estou há muito convencido(...) de que a denominada ortografia etimológica é uma supertição herdada, um erro científico, filho do pedadismo que na época de ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romana e grega e pode vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno circulo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quase sem protesto” (Ortografia Nacional, 1904).

Como vimos na seção acima, os dois períodos ortográficos apresentaram vida relativamente curta. Isso porque, o período fonético

foi alvo de inúmeras transformações que a língua de Cícero sofreu avista que o latim era uma língua de prestígio e onde ela era implantada como língua oficial sofria a influência dos substrato e esse motivo tem relação diretamente ligadas com a ortografia fonética, uma vez que esta tinha por bandeira apresentar o grafema ou letra exatamente como se pronunciava.

No que diz respeito ao período pseudo-etimológico, também não deu certo em virtude da discrepância que há entre número de letras utilizados para escrever uma palavra e a sua respectiva pronúncia. Alias, para grafar uma determinada palavra em harmonia com o ditame da regra desse período ra substancial conhecer a biografia de cada vocábulo o que é, por assim dizer cansativo. E além do mais esse sistema era bastante duvidoso. Daí as razões porque ambos os sistemas não foram felizes.

Segundo o eminente professor Garcia, o século XIX foi importante para a ortografia, uma vez que os estudiosos desse século se preocupavam em investigar porque das coisas acontecerem(...) “Embora o século XIX não tenha apresentado grandes progressos para ortografia, atendo-se com pertinência á ortografia etimológica (...) ele teve grande relevância para o progresso posterior da ortografia portuguesa”.

Iso porque ao estudar minuciosamente diversos fenômenos lingüísticos, eles prepararam o terreno para o surgimento de uma obra: Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, que por sua vez faz ver a necessidade de uma transformação da ortografia do português,

apresentando como resultado, a Reforma Ortográfica de 1911, a primeira tentativa efetivamente oficial para regulamentar a Ortografia Nacional. Logo, as pesquisas lingüísticas desse século criaram um clima oportuno para a transformação definitiva, ou quase da Ortografia do Português.

Portanto, o período simplificado da ortografia portuguesa, principia com a publicação do trabalho acima citado do eminente Gonçalves Viana e chega até os nossos dias. A reforma proposta pelo autor foi baseada na fonética histórica, daí o sistema simplificado ser o verdadeiro sistema etimológico. A reforma Ortográfica prescrevia:

- a) Prescrição absoluta e incondicional de todos os símbolos da etimologia grega: *th*, *ph ch* (= *k*), *rh* e *y*;
- b) Redução das consoantes dobradas e singelas com exceção de *rr* e *ss*, medias, que tem valores peculiares;
- c) Eliminação das consoantes mudas, quando não influam na pronúncia da vogal que as precede;
- d) Regularização da acentuação gráfica..

Para dar á língua a uniformidade de que ela jamais gozou, há uma comissão que é nomeada pelo governo Português, composta pelos seguintes estudiosos: Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis, Jose Joaquim Nunes, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Julho Moreira, Candido de Figueira, etc.

Os princípios básicos estabelecidos para a reforma são os que Gonçalves Viana havia proposto.

Após a conclusão do trabalho foi o mesmo encaminhado ao chefe de Executivo Português, que o tornou obrigatório para Portugal e seu domínio em setembro de 1911.

A reforma ortográfica em Portugal atendia perfeitamente ao aspecto fonético em Portugal, mas já não acontecia o mesmo com o português do Brasil.

Essa divergência ortográfica entre esses dois países propicia o nascimento, em 1931 entre a Academia Brasileira de Letras do Brasil e a de Ciências de Lisboa, de um acordo, visando a solucionar tais problemas ortográficos entre o Brasil e Portugal.

Em 1943, surge um novo acordo entre os dois países, e a Academia Brasileira de Letras publica o pequeno vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, cujo ortografia é exigida hodiernamente no Brasil.

O sistema luso-brasileira simplificado de 1943 veio dar soluções ortográficas, dentre as quais:

1) Emprego do **H**

A letra H não tem valor fonético na língua portuguesa, idêntico ao latim. Só o empregamos em dois casos: quando o étimo o exige: **hoje, haver, hélice;**

quando medial, só em dois casos: como componentes de um dígrafo: **ch, lh, nh** e nos componentes em que o segundo elemento, com H inicial, se une ao primeiro por meio de hífen: **mancha, maulha, vinho, pré-história e super-homem.**

2) Emprego do *CH*

O CH diagrama inexistente em latim, é fruto da evolução fonética dos grupos latinos *pl*, *cl* e *fl*: pluvia > chuva; másculo > macho; afflare > achar.

3) Emprego do *X*

O X português corresponde:

- a) ao X latino: coxu > coxo, laxare > deixar, examen > exame, exaguare > enxaguar.
- b) Palatização do S em grupos como *ssi* ou *sce*: passione > paixão, russu > roxo, pisce > peixe, miscere > mexer.

4) Emprego entre *S* e *Z*

Escreve-se com S

- a) quando a letra *S* portuguesa corresponde a um S latino mesa (mesma), rosa (rossa);
- b) os sufixos esa e isa que indicam títulos nobiliárquicos, profissão: *princesa*, *poetisa*.

Escreve-se com Z

- a) quando o *Z* é resultado evolutivo dos grupos *ti*, *ci* e *ce* latinos: razione > razão, vicino > vizinho, acetu > azedo, rapace > rapaz, cruse > cruz, feroce > ferz;

- b) os substantivos abstratos derivados de objetivos qualitativo: beleza, pobreza, robustez, altidez;
- c) o sufixo izar de origem grega: organizar, civilizar e seus derivados: organização, civilização.

5) Emprego do **SS**

Os surdos portugueses, quando medial, geralmente provem:

- a) de um SS latino: ossu > osso, assiste > assistir;
- b) de uma assimilação: ipse > esse, persona > pessoa, dixi (dicsi) > disse.

6) Emprego do **Ç**

O **Ç** provém da evolução de **ce, ci, te, ti** latinos seguidos de vogal: lancea > lança, minacia > ameaça, matea > maça, pretiu > preço.

Distinção entre **G** e **J**

- a) o G português representa geralmente o G latino: gelu > gelo, agitare > agitar.
- b) O J português provém:
 - 1º da consonantização do i semiconsonantal latino: iactu > jeito, iam > já, maiestate > majestade;
 - 2º palatização do s + i, ou do grupo di+ vogal: basiu > beijo, caseu > queijo, hodie > hoje, radiare > rajar

Esse acordo ortográfico manteve a supressão do K, Y e W.

Surge ainda em 1971 um novo Acordo Ortográfico no qual pretendia estabelecer o fim do trema nos hiatos átonos e a abolição do acento circunflexo diferencial dos vocábulos homógrafos e de outros com vogal aberta exceto as formas verbais **pôde** e **pode** e o fim dos acentos circunflexo e grave da sílaba subtônica dos vocábulos derivados por sufixo mente ou sufixo iniciado por Z. Entretanto esse acordo criava um abismo entre Brasil e Portugal. Para resolver esse dilema foi proposto pelo governo português em 1973 a eliminação do acento circunflexo e grave que marcavam as sílabas subtônicas das palavras derivadas com o sufixo mente e com sufixos iniciados por Z, na ortografia oficial do português.

Em 1975, contudo aparece um projeto para um novo acordo Ortográfico entre os dois países irmãos. Esse acordo visa a conciliar os caracteres de ambas as grafias de todos os pontos que causam ambigüidade ou anfibologia, por exemplo, a grafia das consoantes mudas e o acento agudo, formas verbais de primeira pessoa do plural da primeira conjugação: amamos > / louvamos e o acento agudo do ditongo *éi* e do ditongo *ói* de algumas palavras paroxítonas.

Surgiram outros projetos e que foram aprovados nos anos 1986 e 1991. 'E neste ano portanto que se dá o acordo Ortografia da Língua Portuguesa para os países que falam Português. Ele é reconhecido como acordo Ortográfico de 1995 (embora Bechara menciona ainda o acordo datado de 1999 futuramente falaremos nele) por ter sido aprovado pelo Governo do Brasil e Portugal neste ano. Os pon-

tos relevantes desse acordo são: o fato de só poder falar verdadeiramente de uma Ortografia simplificada e, por outro, lado o esforço de se estabelecer um acordo valido para todos os países de língua portuguesa. Há, uma dificuldade, porém para se implementar esse acordo entre os países lusofônicos, porque ele depende da promulgação de leis por parte de todos os países em questão: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe.

Não esgotaremos as bases desse acordo de 1995, pois foge ao nosso objetivo central: uma exposição prática do assunto em questão.

Atualmente, as gramáticas brasileiras, sobretudo, a dos autores renomados discorrem muito superficialmente acerca desse assunto. Superficialmente, porque não buscam estratégias para transmitir as regras estabelecidas da ortografia. Cabendo, assim esse trabalho aos gramáticos preocupados na preparação para concursos públicos que se valem de métodos didáticos abordando a ortografia com profundidade e bastante detalhamento com exaustivos exercícios de fixação para a memorização desse assunto.

Conclusão

A invenção da ortografia foi substancial para a humanidade. Isso porque, ela permitiu que se eterniza-se toda uma gama de conhecimentos. Sem esse importante instrumento da humanidade não teríamos chegado a tamanha evolução alcançada.

Com o objetivo de melhorar no entanto a ortografia, é que surge os diversos períodos provocando uma odisséia lingüística, posto os autos travaram uma verdadeira luta de caráter político, social além dos puramente lingüísticos para estabelecer, principalmente entre os países lusofônicos, uma ortografia consonântica a oralidade.

Embora, esses esforços ainda não tenham sido alcançado de forma satisfatória o empenho desses mestres foram muito relevantes para o progresso da ortografia hodierna, sobretudo, a brasileira.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Academia, 1974.

CUNHA, Celso. *Nova Gramática do Português Contemporânea*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

GARCIA, Afrânio da Silva. *História da ortografia da Língua Portuguesa*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

MELO, Glandstone Chaves. *Iniciação á filologia e a lingüística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Melhoramento, 1975.

RIBEIRO, Manuel Pinto. *Gramática aplicada da Língua Portuguesa*. 10. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002

SAID ALI, Manoel. *Gramática secundaria da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1964.

_____. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução de Antônio Chelini et alii. São Paulo: Cultrix, 1969, título original: “Cours de Linguistique Générale”, [19--].

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português*. 10. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1988.

WILLIAM, Edwin Bucher. *Do Latim ao Português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, [s. d.].

_____. *Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*.